

Estratégias de legitimação e institucionalização de patrimônios históricos e culturais: o lugar dos documentos

Luciana Quillet Heymann
(CPDOC/FGV)

O objetivo deste trabalho é analisar processos de patrimonialização de trajetórias pessoais às quais se associa a noção de “legado”, buscando iluminar os investimentos de que são objeto os acervos documentais. Para tanto, realizaremos uma discussão sobre os arquivos, apresentando as perspectivas pelas quais são tradicionalmente representados, tanto no campo da Arquivologia como no da História. O foco principal da análise são os arquivos de natureza pessoal, valorizados pela historiografia e foco de crescente interesse do ponto de vista dos projetos institucionais que visam à valorização de trajetórias individuais. Com essa reflexão, pretendemos investir nas representações que fundamentam as associações entre “passado” e “documento”, ou seja, nas representações que permitem aproximar a “memória” de um determinado tipo de suporte material.

Esse trabalho tem como ponto de partida, por um lado, a percepção da centralidade dos acervos documentais em distintos projetos de institucionalização de “memórias” pessoais. Vistos como os meios de acesso seguro ao passado, os arquivos funcionam como “prova” das trajetórias às quais se busca associar o atributo da exemplaridade e da singularidade, fundamentais à construção da noção de “legado”. Nesse movimento, os acervos são associados à categoria de *patrimônio*, e passam a ser vistos como material cuja preservação deve ser garantida em nome da memória da coletividade, seja local seja nacional.

Por outro lado, pretende-se lançar alguma luz sobre processos de patrimonialização levados a cabo por organismos de natureza pública que, visando valorizar e proteger os acervos documentais do país, colocam em curso o que estou designando de “operações de

monumentalização”. Ao conceder chancelas que atestam o “valor” de determinados acervos, tais operações, além de instituírem o valor que pretendem destacar, validam e legitimam os agentes sociais envolvidos na sua conservação e difusão. Será privilegiado, na análise, o processo de nomeação de acervos ao Registro Nacional do Programa Memória do Mundo da UNESCO.

Documentos pessoais: entre registro e relíquia

Para dar início a esse exercício é importante identificar, primeiramente, os atributos conferidos aos arquivos, ou seja, as representações associadas aos conjuntos documentais acumulados por uma entidade pública ou privada no desempenho de suas funções ou no exercício de suas atividades. Segundo Duranti (1994:50), os materiais arquivísticos representam um tipo de conhecimento único:

“gerados ou recebidos no curso das atividades pessoais e institucionais, como seus instrumentos e subprodutos, os registros documentais são as provas primordiais para as suposições ou conclusões relativas a essas atividades e às situações que elas contribuíram para criar, eliminar, manter ou modificar.”

Os preceitos da Arquivologia, disciplina constituída em fins do século XIX, coetânea à institucionalização da História - então definida a partir de sua matriz positivista -, foram estabelecidos por manuais que, até hoje, constituem as bases da metodologia de tratamento dos arquivos. Um dos precursores da nova disciplina foi o inglês Hilary Jenkinson, autor do seminal *A manual of archive administration*, publicado em 1922. Segundo Jenkinson, a capacidade dos registros documentais de capturar os fatos de maneira fidedigna decorreria da relação que mantêm com as atividades das quais resultaram.

Ainda seguindo Jenkinson, é exatamente a relação entre o registro documental e a atividade que lhe deu origem que confere aos documentos de arquivo suas cinco características distintivas: a *imparcialidade* (decorre do fato de serem produzidos como decorrência de uma atividade e não com o propósito de serem expostos, não devendo ser confundida com a validação do conteúdo do registro), a *autenticidade* (vinculada ao fato de serem criados, mantidos e conservados sob custódia de acordo com procedimentos regulares e comprováveis), a *naturalidade* (diz respeito à forma como se acumulam no curso das transações, opondo-se à

“artificialidade” que caracterizaria a coleção), o *inter-relacionamento* (decorre do fato dos documentos estabelecerem relações no decorrer das transações, o que faz com que o testemunho dos fatos passados deva ser buscado em conjuntos documentais e não em documentos isolados), e a *unicidade* (remete ao fato de que cada documento assume um lugar único no universo documental ao qual pertence).

Ainda que, hoje, os preceitos da teoria jenkinsoniana venham sendo debatidos no campo da Arquivologia, estando claro – sobretudo a partir do desafio colocado à disciplina pelas novas tecnologias informáticas - que o papel tradicional dos arquivistas, de custodiadores de registros naturalmente produzidos e selecionados pelo produtor documental para serem preservados como resíduo natural do processo administrativo, deve ser revisto, as bases da teoria continuam válidas.

Essa questão é abordada por Elisabeth Kaplan (2002), que sugere que a arquivística e os arquivistas conservaram, de maneira geral, uma postura positivista, enquanto outras ciências humanas e sociais, como a antropologia - com a qual a arquivística compartilharia questões como a preocupação com a representação, a descrição e a autenticidade -, foram convulsionadas pelos debates pós-modernos.¹ Kaplan, ela própria arquivista, sugere que a disciplina ficou relativamente imune aos questionamentos epistemológicos que caracterizaram o *linguistic turn* dos anos 1980, permanecendo fortemente influenciada pelo ideal “jenksoniano” de objetividade, neutralidade e invisibilidade do arquivista.

Segundo a autora, alguns profissionais, a partir de meados dos anos 1980, começaram a analisar o papel dos arquivistas como “co-criadores” dos registros históricos e a admitir a natureza representacional dos arquivos, mas a resistência a essa abordagem não foi pequena.² Para ela, a razão dessa impermeabilidade poderia ser encontrada no foco da disciplina na “prática” – de fato, o campo sempre foi definido e representado enquanto saber empírico, o que contribuiu para obscurecer as dimensões política e criativa do trabalho arquivístico – e no temor

¹ Os debates que colocaram em xeque o estatuto dos arquivos e chamaram atenção para a sua dimensão de “construção” são genericamente designados, em vários trabalhos de arquivistas de língua inglesa, de “pós-modernos”, em uma referência à chamada Antropologia pós-moderna, característica dos anos 1980, que questionou os recursos retóricos presentes nos modelos textuais das etnografias e politizou a relação observador-observado na pesquisa antropológica. Duas referências dessa escola de pensamento são os livros *Writing culture: the poetics and politics of ethnography*, de James Clifford e Georges Marcus, e *Anthropology as cultural critique: an experimental moment in the Human Science*, de George Marcus e Michel Fischer, ambos de 1986.

² Essas questões vêm sendo discutida, há alguns anos, por uma parcela da comunidade arquivística internacional. A esse respeito, ver Brothman (1991), Cook (2001), Cook e Schwartz (2002), Anheim e Poncet (2004), entre outros.

de que esses questionamentos gerassem o descrédito dos procedimentos adotados pelos profissionais que, em última instância, garantiriam a disponibilização dos acervos e o funcionamento das instituições.

Para os propósitos desse texto, importa destacar que a Arquivologia e os arquivistas, de maneira geral, filiam-se a uma perspectiva que endossa a conexão “natural” entre registro documental e desempenho de atividade, pautando o tratamento dos arquivos, exatamente, na busca dessa conexão. No caso dos arquivos de natureza pessoal, ainda que os manuais, de maneira geral, apontem para o fato de haver distinção entre os papéis produzidos e recebidos por um indivíduo e por uma organização, o pertencimento à categoria dos arquivos parece prevalecer em relação às especificidades da entidade produtora, sendo equiparados os processos de acumulação de documentos por entidades e indivíduos: “O fluxo e a organicidade são inerentes ao funcionamento e às atividades da instituição ou à vida pessoal e profissional do titular do arquivo” (Belloto, 2004:257).

Se o exercício de funções no domínio profissional pode, de alguma forma, ser aproximado do desempenho de atividades por um órgão ou entidade, ainda assim os critérios e as estratégias de guarda dos documentos institucionais e pessoais são bastante distintos. Há que se levar em consideração, ainda, o fato de que os arquivos pessoais são, muitas vezes, produto da ação de outros agentes, além do titular do arquivo, tais como secretárias e familiares, o que torna a questão da seleção e ordenamento dos registros um campo fértil para explodir as associações formais entre trajetória pessoal e memória documental.

Sem querer investir, no momento, em uma discussão de natureza metodológica, nos limitamos a sublinhar a representação predominante, no campo da Arquivologia, com relação aos conjuntos documentais associados à categoria de “arquivos pessoais”: eles funcionariam como provas da ação de seus titulares, como registros que, produzidos e acumulados “naturalmente” em decorrência das suas atividades, atestariam da forma mais fidedigna possível a trajetória à qual se referem.

Do ponto de vista da História, a valorização do que se convencionou chamar, de forma bastante ampla, de história cultural, - esforço de reflexão que, a partir dos anos 1970, se afastou dos modelos analíticos de corte estruturalista -, bem como o desenvolvimento da micro-história fizeram com que os arquivos pessoais ganhassem importância como fontes de pesquisa, o que acarretou o aumento de sua presença em instituições arquivísticas tradicionais bem como a

fundação de novas instituições, muitas vezes de recorte temático, interessadas na coleta e na difusão desse tipo de acervo.³

As últimas décadas assistiram, assim, a uma crescente valorização desses arquivos, associados, por um lado, a uma modalidade de “escrita de si” e, por outro, ao registro menos formalizado e, portanto, presumidamente menos controlado, mais “espontâneo”, das experiências sociais vivenciadas pelos indivíduos. A sedução exercida pelos arquivos pessoais sobre os pesquisadores repousou durante muito tempo, portanto, na expectativa de possibilitarem o contato com frações íntimas e recônditas da história e de seus personagens, uma expectativa alimentada, ainda, pelo formato dos documentos pessoais, distantes dos rigores institucionais da produção documental e das características da documentação serial.

Para a manutenção dessa sedução, pesava, ainda, a percepção de que, diferentemente dos arquivos públicos, as fontes de natureza pessoal não haviam sido produzidas visando à sua oficialização. Com relação a essa representação, porém, algumas advertências começaram a ser formuladas:

“Existem correspondências que traem uma autoconsciência que não engana ninguém. Existem cartas ou documentos privados cujo autor mal disfarça o desejo, talvez inconsciente, de torná-los, o quanto antes, documentos públicos. A conservação sistemática da correspondência recebida por um intelectual e às vezes mesmo as cópias de algumas de suas próprias cartas (é o caso de Jean-Richard Bloch) sempre me intrigaram. As razões que levam a um tal comportamento me parecem indicar uma consciência da história que vem pôr um limite inegável à autenticidade.” (Prochasson, 1998:111)

O movimento de crítica às fontes pessoais contribuiu, sem dúvida, para a sua dessacralização, após um primeiro momento no qual o contato com elas parecia ter a força de simular a imersão na experiência de cada indivíduo, de forma direta e sem mediações. Tal movimento, em verdade, as aproximou de procedimentos que já vinham sendo empreendidos pela disciplina com relação às fontes históricas tradicionais. Para ficar em um exemplo desse tipo de procedimento, vale lembrar a advertência formulada pelo historiador Jacques Le Goff (2003

³ Vale lembrar, aqui, a criação de centros de documentação e pesquisa, no contexto brasileiro, voltados para a guarda, preservação e disponibilização de arquivos pessoais dos quais são exemplos o CPDOC, criado na Fundação Getúlio Vargas, em 1973, e o Arquivo Edgar Leuenroth, na Unicamp, criado em 1974.

[1979]) com relação à “naturalidade” dos documentos de arquivo, sobretudo, os documentos que emanam do aparelho estatal e das instituições – associados pelo autor à noção de *monumento* -, na qual sublinhou a necessária apreensão das estruturas de poder que os criam e mantêm.

De modo geral, no entanto, parece prevalecer, no contato dos usuários com os documentos pessoais, a representação de senso comum que os identifica à manifestação da memória individual dos seus titulares. Ainda que os documentos possam ser analisados como produto de injunções sociais, ou que possam ser vistos como meios de tornar pública a opinião de seu produtor, problematizando as associações mais ingênuas entre documento e verdade íntima, os gestos (muitas vezes coletivos) de selecionar e guardar que conformam os conjuntos documentais parecem ainda envoltos em uma aura de sacralidade. Aos olhos dos usuários, de maneira geral, os arquivos pessoais traduzem o decantar da memória; consultá-los constituiria, portanto, o meio autorizado de aceder à experiência de vida do indivíduo.⁴

Existiria, assim, tanto do ponto de vista da Arquivologia como da História, vale dizer, tanto do ponto de vista dos profissionais responsáveis pela organização e disponibilização dos arquivos como da parte de seus usuários privilegiados, uma postura majoritariamente naturalizadora com relação à associação entre documento e passado. Essa associação vem sendo questionada por uma série de trabalhos recentes que, analisando os arquivos de uma perspectiva sócio-histórica, tomam como objeto o processo mesmo de sua construção.⁵ No caso dos arquivos pessoais, esse tipo de análise sugere que estariam em jogo, na constituição dos conjuntos documentais, processos de acumulação e arquivamento pautados por distintas subjetividades – a do titular, mas também a de familiares e colaboradores – merecendo especial atenção aquela que remete à atuação do arquivista encarregado de organizar o acervo, processo no qual uma narrativa é produzida a partir da classificação e da descrição dos documentos. (Heymann, 1997).

⁴ Nesse ponto, pode ser interessante lembrar a discussão levada a efeito pela historiadora Carolyn Steedman (2002) a respeito da força simbólica da pesquisa em arquivos para os historiadores. Steedman retoma a reflexão de Derrida e sua crítica à idéia que de que os documentos armazenados nos arquivos remetam a uma “autenticidade” legitimadora, assumindo que o passado não existe fora de representações, não podendo, por isso, ser “encontrado” no arquivo. Para a autora, antes de um repositório de memórias e discursos, o arquivo seria um espaço habitado pela ausência, contendo apenas relíquias silenciosas do passado. Ele engendraria, no entanto, um modo de ler e de escrever – repleto de referências, citações e notas remetendo aos documentos – que conferiria autoridade à narrativa historiográfica.

⁵ Merecem menção os trabalhos de Stoler (2002) e Burton (2005).

De maneira geral, no entanto, prevalece a associação entre arquivo e história de vida. É ela que está na base da valorização generalizada dos documentos pessoais não apenas em empreendimentos acadêmicos de natureza histórica, mas, também, em projetos que visam à patrimonialização de trajetórias individuais. Muitos desses projetos investiram, nos últimos anos, na criação de instituições – fundações, institutos, memoriais – voltadas especificamente para a “preservação” da memória de uma figura pública. Nesse tipo de empreendimento, os arquivos pessoais ocupam sempre lugar de destaque: por meio do arquivo, preserva-se o personagem, sua atuação, seu ideário, enfim, seu “legado”. Nesse movimento, o próprio arquivo é associado à noção de legado, numa relação metonímica em que a *parte* – os documentos – representa, substitui e comprova o *todo* – a trajetória. É o estabelecimento dessa relação, por sua vez, que justifica que o acervo se torne, ele próprio, objeto de projetos de preservação e valorização.

Projetos institucionais e arquivos pessoais

Nos casos em que a memória de um personagem é a razão de ser da criação de uma instituição, processo de patrimonialização por excelência, a existência de um acervo é condição fundamental para o sucesso do empreendimento. Entre os acervos que podem evocar a trajetória de um indivíduo – fotografias oriundas de agências de publicidade ou de imprensa, recortes de jornais, coleções de documentos doados por terceiros - o arquivo pessoal ocupa um lugar de destaque. Quanto mais “original”, “único” e “pessoal” o acervo, mais fortes os argumentos que justificam a sua preservação e, conseqüentemente, mais fortes os argumentos para a criação e manutenção de uma estrutura institucional para abrigá-lo. Evidentemente, a concretização de um projeto institucional dependerá de outras variáveis, sobretudo, do capital político dos agentes envolvidos e das redes de relações que consigam mobilizar em torno do empreendimento.

O exemplo da Fundação Mário Covas (FMC), inaugurada em abril de 2001, um ano após a morte de Covas, pode ser interessante para pensarmos tanto nas vicissitudes que marcaram a constituição do seu “arquivo pessoal” como no lugar que ele veio a ocupar no projeto da Fundação.⁶ Criada por meio de doações de 982 pessoas físicas e jurídicas - em grande parte

⁶ Mario Covas (1930-2000) foi deputado federal pelo estado de São Paulo (1963-1969 e 1983); senador por São Paulo (1987-1994); candidato à Presidência da República em 1989, e governador do estado de São Paulo (1995-1998 e 1999-2001).

ligadas ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), partido que Covas ajudou a fundar em 1988 -, a FMC tem como patrimônio o arquivo de seu titular, doado pela família, e outros documentos doados por terceiros, como fitas de vídeo, fotos e objetos.

A missão institucional é definida da seguinte forma: “Contribuir para a valorização da cidadania, para o aperfeiçoamento da gestão pública segundo os princípios da inovação, da ética e da probidade administrativa, estimular e apoiar iniciativas de ação comunitária e difundir o ideário de Mario Covas para as novas gerações”, além de “preservar e disponibilizar um dos maiores legados da história política brasileira”.⁷ A Fundação tem, portanto, dimensão memorial e política, pretendendo atuar como gestora do acervo de Covas e como uma “escola de governo”. Na verdade, essas dimensões se alimentam e informam reciprocamente: o acervo, ao preservar a memória de Covas, confere legitimidade à escola que propaga o seu ideário, enquanto essa última atualiza e dissemina a trajetória do homem público, dignificando a sua memória.

Um dos eixos da Fundação é o seu Centro de Memória, instalado em 2007, a partir da execução do projeto *Cultura, Política e Cidadania – organização da memória Covas*, que contou com apoio da Lei Rouanet. Além de organizar e tornar disponível o arquivo Mario Covas, o Centro de Memória tem como metas desenvolver projetos culturais e educativos, montar exposições, e incentivar ações que visem à preservação de acervos “relevantes para a história brasileira”.

A memória de Covas, imediatamente após a sua morte, foi investida, por parte de seus antigos colaboradores (secretários de governo, assessores, secretários particulares), do capital associado à noção de “legado”, cuja preservação deveria ser garantida mediante a mobilização de recursos e a execução de projetos, o mais importante deles sendo a criação da própria Fundação. No entanto, vale a pena investir um pouco na história do arquivo Mario Covas.

O grupo que se articulava em torno do governador, antes do agravamento da sua doença e de sua morte, trabalhava com vistas à candidatura de Covas à Presidência da República em 2002. Como ele próprio nunca havia se preocupado em constituir um arquivo pessoal, sua assessoria política trabalhava então para constituir um acervo que cobrisse toda a sua trajetória, desde a vereança em Santos. Um setor especialmente organizado no Palácio dos Bandeirantes se ocupava de pesquisar, localizar e reproduzir documentos que estivessem arquivados em órgãos públicos

⁷ Cf. <http://www.fundacaomariocovas.org.br/> (acesso em 5/01/2009).

ou guardados com terceiros. A idéia era criar uma “memória política” que pudesse ser mobilizada em uma futura campanha presidencial. A morte de Covas frustrou as expectativas desse grupo que, no entanto, conseguiu operar a conversão do projeto político-partidário em projeto “político-memorialístico”: o que era um acervo dotado de valor para a disputa eleitoral tornou-se um acervo dotado de “valor histórico”, que justificava, inclusive, que uma instituição fosse criada para abrigá-lo.

Nada mais equivocados do que naturalizar o processo de acumulação do arquivo Mario Covas, do que imaginar o arquivo como “a memória” de seu titular. Ainda que nesse caso a equivalência entre biografia e arquivo possa ser quase perfeita, a história do arquivo mostra o quanto ele tem de “artificial”: produzido *a posteriori*, como fruto da ação de sua assessoria política e com propósitos bastante distantes daqueles que remetem à guarda de registros como prova de atividades desenvolvidas ou como memória da experiência vivida.

Outro exemplo que permite entrever a centralidade do arquivo no projeto institucional voltado para a memória de um personagem deixa claro que esse “lugar” é muitas vezes definido em função da dinâmica institucional e dos recursos de que dispõem os dirigentes da entidade. A Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR) foi criada em 1996, um ano antes da morte de seu instituidor que, sabedor da gravidade do seu estado de saúde, começou, algum tempo antes, a formatar uma instituição que pudesse dar continuidade à sua atuação. Nas suas palavras: “Tenho mesmo que transferir a alguém ou a alguma instituição tarefas que, bem ou mal, eu venho cumprindo a vida inteira e que, sem mim aí para cuidar delas, ficariam aos azares do acaso”.⁸

As finalidades da Fundação, arroladas nos primeiros rascunhos do estatuto e mantidas, de maneira geral, em sua versão definitiva, concentram-se no planejamento e execução de projetos que visassem os seguintes objetivos: a solidariedade aos povos indígenas e caboclos brasileiros; a defesa da Amazônia e do Pantanal; o desenvolvimento e aprimoramento artístico do país, inclusive mediante o estímulo à criação de centros culturais; o assessoramento técnico e pedagógico a instituições gestoras de sistemas educacionais; o planejamento e implantação de novas universidades, bem como a reforma das já existentes; a renovação da rede pública de ensino de 1º. e 2º. graus; a promoção de ensino à distância com recursos multimídia, e,

⁸ Trecho de documento do Arquivo Darcy Ribeiro, localizado no dossiê relativo à FUNDAR (Fundação Darcy Ribeiro), s.d.

finalmente, a reedição das obras de Darcy Ribeiro. Quanto ao patrimônio da instituição, as minutas mencionam os direitos autorais das obras de Darcy, sua biblioteca, algumas obras de arte e bens móveis.⁹

Chama atenção, para os fins desse trabalho, o fato de que seu arquivo pessoal não tinha lugar de destaque nos primórdios do projeto institucional, voltado para a reedição das obras de Darcy e para o desenvolvimento dos “seus” projetos. Segundo Cláudia Zarvos, segunda esposa de Darcy, ele não vislumbrava no arquivo “um valor em si”, ou um patrimônio que pudesse interessar à posteridade. O mesmo não acontecia com sua biblioteca que, a seus olhos, tinha grande importância, tanto pelos títulos que reunia, quanto pela possibilidade de fornecer a chave para compreendê-lo como intelectual: por meio de seus 30 mil livros seria possível não apenas reconstituir os caminhos da sua formação, como tecer a rede de seus contatos acadêmicos, a partir das dedicatórias presentes em inúmeros volumes.¹⁰ Essa perspectiva explicaria a orientação, várias vezes repetida pelo titular, de que a biblioteca não fosse desmembrada após a sua morte, bem como a preocupação com o fato de considerar que havia lacunas na biblioteca, razão pela qual estabeleceu contatos com livreiros, enquanto organizava a Fundação, visando à comprar dos volumes que a completariam.¹¹

Assim como foi observado no caso do arquivo Mário Covas, constituído a partir da decisão de dotar o titular de uma “memória documental” que atestasse a sua trajetória política, aqui se estaria diante de um esforço do próprio titular para construir (ou completar) a sua “memória intelectual”. Esse movimento é coerente com o desejo manifesto por Darcy de ser lembrado por suas idéias e não somente por suas obras “edificadas”, além de sugerir uma expectativa de reconhecimento futuro com relação ao valor da sua contribuição intelectual. Os dois casos, o da constituição do arquivo de Covas e o da busca por completar a sua biblioteca, no caso de Darcy, iluminam dimensões do processo social de construção dos legados históricos.

⁹ Pela leitura das versões do estatuto, percebe-se que, com o tempo, a Fundação foi incorporando, também, o acervo da primeira mulher de Darcy Ribeiro, a antropóloga Berta Ribeiro. Assim, os direitos autorais de suas obras, sua biblioteca e, posteriormente, seu arquivo pessoal, também foram incluídos como patrimônio da instituição. Para uma visão mais completa da criação da FUNDAR e da constituição do arquivo pessoal de Darcy Ribeiro, ver Heymann (2009).

¹⁰ Essas informações foram prestadas por Claudia Zarvos em uma entrevista feita por telefone, no dia 6 de junho do 2008. Claudia e Darcy permaneceram casados de 1976 a 1994.

¹¹ No arquivo de Darcy, constam ao menos duas listagens de livros “para a Biblioteca Darcy Ribeiro”, uma com 112 títulos – a maioria relativa à história do Brasil - e outra bem maior, enviada pela Livraria Walter A. Cunha, com alguns milhares de volumes, incluindo algumas coleções – Brasileira, Documentos Brasileiros, Reconquista do Brasil etc. Não foi possível saber se chegaram a ser encomendados.

O arquivo, pouco valorizado no projeto esboçado por Darcy para a sua Fundação, ganhou relevo mais tarde, após a sua morte, quando a instituição, enfrentando as primeiras dificuldades para dar cumprimento aos seus desígnios - colocar em marcha os seus projetos -, iniciou o investimento no acervo. A possibilidade de alavancar recursos para o tratamento dos documentos desenhou-se desde logo: o primeiro convênio firmado pela FUNDAR com a FGV para a organização do arquivo, de agosto de 2000 a dezembro de 2001, contou com auxílio da Faperj, e o segundo, vigente ao longo de 2003, foi apoiado pela Fundação Cesgranrio.

O interesse expresso por pesquisadores de diversas áreas em consultar a documentação deixou claro, para os dirigentes da Fundação, o capital simbólico associado ao arquivo. A possibilidade de mobilizar a imprensa e, com isso, sensibilizar instituições de fomento a apoiarem o tratamento do acervo também indicava o interesse despertado pelos documentos. Seu valor como “patrimônio” capaz de contribuir para o desenvolvimento da pesquisa histórica no país começou a ser construído, de fato, nesse momento. Ficava claro para a Fundação que, por meio do arquivo, era possível aumentar o capital da própria instituição, e aproximá-la da comunidade acadêmica, retomando uma conexão perdida com a morte de seu instituidor.

Nos últimos tempos, a representação do arquivo como repositório das idéias e projetos de seu titular parece animar um movimento interno à própria instituição, que, por meio da exploração da documentação, busca montar uma agenda de trabalho capaz de garantir a presença da Fundação na cena pública, assegurando, com isso, a sua própria continuidade. Paulo Ribeiro, sobrinho de Darcy e atual presidente da instituição, está buscando diversificar a atuação institucional e, para tanto, está recorrendo ao arquivo: “Eu voltei para cá e comecei a ler as coisas. Cadê os outros projetos?”¹²

O arquivo, ausente dos primeiros esboços de projeto da FUNDAR, foi posteriormente incorporado como parte de seu patrimônio e, agora, além disso, é fonte de pesquisa para a elaboração de projetos institucionais: projetos de intervenção e de publicações que o próprio Darcy teria concebido e que não foram concretizados, mas também novos projetos editoriais, pensados a partir dos documentos.

Além disso, em 2008, a Fundação encaminhou ao Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ a solicitação da classificação dos dois conjuntos documentais sob sua guarda, os

¹² Entrevista gravada em 27/05/2008. Na ocasião, Paulo também mencionou a área de antropologia, que deveria ser ativada sob a coordenação da antropóloga Gisele Jacón de Araújo Moreira.

arquivos Darcy Ribeiro e Berta Ribeiro, como “arquivos privados de interesse público e social”, tendo sido acolhida a solicitação após parecer técnico favorável.¹³ Nesse mesmo ano, um projeto de digitalização dos dois arquivos, e de organização do arquivo Berta Ribeiro, foi encaminhado ao BNDES para concorrer a um edital voltado para a área de acervos, tendo sido contemplado. Essas duas iniciativas – uma de caráter fundamentalmente simbólico, que resultará em um decreto presidencial atestando o interesse público dos dois arquivos e outra de caráter técnico, que resultará no aporte de recursos, na valorização e visibilidade dos acervos - parecem sinalizar que as iniciativas que tomam o arquivo como objeto, destacando o seu “valor histórico”, têm sido bem sucedidas, confirmando a frase de Paulo Ribeiro: “A coisa mais importante que tem aqui é o acervo”.

“Operações de monumentalização”

A análise de processos e mecanismos de patrimonialização de bens documentais não deve deixar de atentar para instâncias que, atuando no âmbito de organizações nacionais e mesmo internacionais, funcionam como lócus de legitimação e valorização de acervos e suas respectivas instituições de guarda. A declaração do interesse público e social de arquivos privados, por exemplo, além de funcionar como proteção com relação ao risco de alienação de arquivos considerados de “interesse nacional”, pode ser vista, também, como estratégia de legitimação institucional: o capital simbólico associado à declaração, atestado por meio de um decreto assinado pelo Presidente da República, funciona como importante chancela para os agentes custodiadores de tais acervos.¹⁴

¹³ A chamada Lei de Arquivos (Lei n. 8.159/1991) prevê, em seu artigo 12, que “os arquivos privados podem ser identificados pelo Poder Público como de interesse público e social, desde que sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e o desenvolvimento científico nacional”. A classificação como de interesse público e social depende de decreto presidencial. Este é precedido de parecer técnico emitido por comissão de especialistas especificamente constituída para esse fim pelo CONARQ, que deve aprovar o parecer em reunião plenária antes de encaminhar o processo para assinatura do Presidente da República. Qualquer pessoa física ou jurídica, ou órgão da administração pública pode solicitar a instauração de um processo de declaração de interesse público e social de um arquivo privado, institucional ou pessoal.

¹⁴ Até o momento, sete fundos arquivísticos privados foram declarados de interesse público e social, sendo três deles pessoais: os arquivos de Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, de Glauber Rocha e de Oscar Niemeyer. Além destes, os arquivos das seguintes entidades foram objeto de classificação: Companhia Antártica Paulista, Associação Brasileira de Educação (ABE), Companhia Cervejaria Brahma e Atlântida Cinematográfica Ltda. Os arquivos de Darcy Ribeiro e Berta Ribeiro foram considerados aptos à classificação e aguardam a edição dos respectivos decretos presidenciais. Encontra-se em fase de estudo pela comissão técnica de avaliação o arquivo do próprio Mario Covas e o de Cesar Lattes.

Perspectiva semelhante pode ser estendida a outro procedimento, recentemente implementado, de valorização de documentos e conjuntos documentais de natureza arquivística ou bibliográfica. Refiro-me à atuação do *Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO*, criado em 2004 e regulamentado por portaria do ministro da Cultura, em 2007. Em linhas gerais, o Comitê tem como meta promover os objetivos do Programa Memória do Mundo, “que visam assegurar a preservação e o acesso ao patrimônio documental e bibliográfico de importância mundial”; trabalhar em consonância com o Comitê Regional da América Latina e Caribe; realizar reuniões, nas regiões do país, para que os objetivos do Programa Memória do Mundo e as ações do Comitê possam ser disseminados e discutidos; identificar, avaliar e selecionar documentos e coleções de destacado valor para que sejam encaminhados aos registros do Programa Memória do Mundo em seus três níveis - nacional, regional e mundial, e promover junto aos órgãos públicos e instituições privadas a conscientização para a salvaguarda do patrimônio documental e bibliográfico do Brasil, “considerado parte essencial de nosso patrimônio cultural”.

O Comitê é composto por 15 membros, nomeados com mandatos de dois anos, renováveis uma vez. Trata-se de representantes de seis instituições (Arquivo Nacional, Conselho Nacional de Arquivos, Comissão Nacional da UNESCO, Biblioteca Nacional, IPHAN, e Ministério da Cultura) e de sete “segmentos” (arquivos audiovisuais, arquivos eclesiásticos, arquivos militares, arquivos municipais, arquivos estaduais, arquivos privados, e associações de ensino e pesquisa), além de dois “especialistas de renomado conhecimento”.

Os limites desse trabalho não permitem que nos detenhamos na composição do Comitê, nem que avancemos em uma etnografia dos processos de sua institucionalização. Vamos nos restringir, nesse momento, a comentários preliminares que visam lançar alguma luz sobre uma dimensão específica dos processos de patrimonialização: a atuação de “grupos de especialistas” que, impulsionados pelo contexto geral de preocupação com a preservação da memória em seus distintos suportes, se constituem, no âmbito do Estado, em agentes autorizados a avaliar e conferir algum tipo de distinção a determinados acervos ou projetos.

Ao produzirem “reconhecimentos”, esses grupos, mais do que reconhecer, operam hierarquizações e conferem prestígio. Nosso objetivo, aqui, é simplesmente apontar para uma dessas instâncias, inscrevendo-a no campo dos agentes que ajudam a conformar os caminhos pelos quais o “patrimônio documental” é definido, reificado ou, mais raramente, subvertido.

A UNESCO criou o Programa Memória do Mundo em 1992, com três objetivos básicos: criar uma maior consciência, em todo o mundo, sobre a existência e importância do patrimônio documental; facilitar o acesso universal ao patrimônio documental, e estimular a preservação do patrimônio mediante as técnicas mais avançadas. O *Registro da Memória do Mundo* que, de certa forma, é a dimensão do Programa mais visível para o público, foi criado em 1995 e desde então vem se ampliando por meio de inscrições aprovadas pelo Comitê Consultivo Internacional (CCI).

A perspectiva universalista da iniciativa está expressa nos documentos que lhe servem de base. As *Diretrizes para a Salvaguarda do Patrimônio Documental*, de 2002, afirma: “O Programa Memória do Mundo se baseia na suposição de que alguns itens, coleções, acervos ou fundos de patrimônio documental formam parte da herança mundial [...]. Considera-se que sua importância transcende os limites do tempo e da cultura, e que devem ser preservados para as gerações atuais e futuras e serem postos de alguma forma à disposição de todos os povos do mundo.” Ao mesmo tempo, em consonância com a valorização das especificidades culturais e étnicas, o documento afirma: “O patrimônio documental mundial se percebe como um todo, quer dizer, como a criação ao longo do tempo, de comunidades e culturas que não coincidem necessariamente com os Estados-nações atuais. Sendo assim, o Programa pode reconhecer, por exemplo, o patrimônio documental de minorias étnicas existentes dentro das nações, ou de culturas únicas que podem recobrir as fronteiras políticas de algumas nações modernas ou coincidir parcialmente com elas.”¹⁵

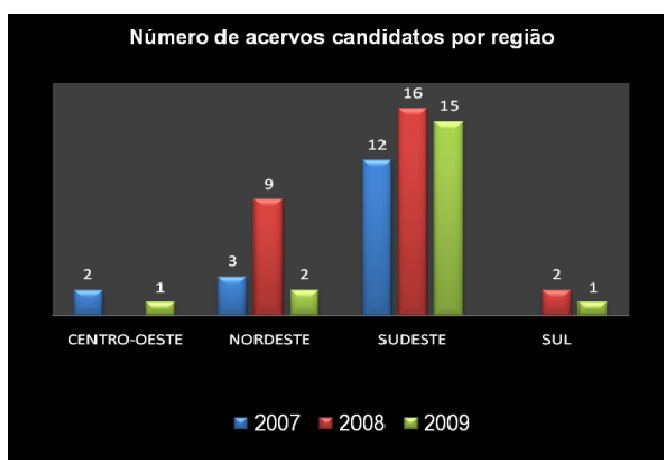
Outra marca importante do Programa diz respeito à preocupação destacada com a perda do patrimônio documental, o que faz com que a avaliação do “risco” em que se encontram os acervos seja sempre enfatizada, como se vê nessa passagem do mesmo documento: “... o Programa abrange o patrimônio documental ao longo de toda a história registrada desde os rolos de papiro ou as tablitas de argila até os filmes, as gravações sonoras ou os arquivos digitais. Nada fica fora dele por ser demasiado antigo ou demasiado novo. Aguça esta perspectiva temporal a consciência cada vez maior do que se tem perdido, especialmente durante o século XX, e a importância de uma intervenção para proteger o que permanece enquanto há tempo.”

¹⁵<http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/Media/Diretrizes%20para%20a%20salvaguarda%20do%20patrim%C3%B4nio%20documental.pdf>

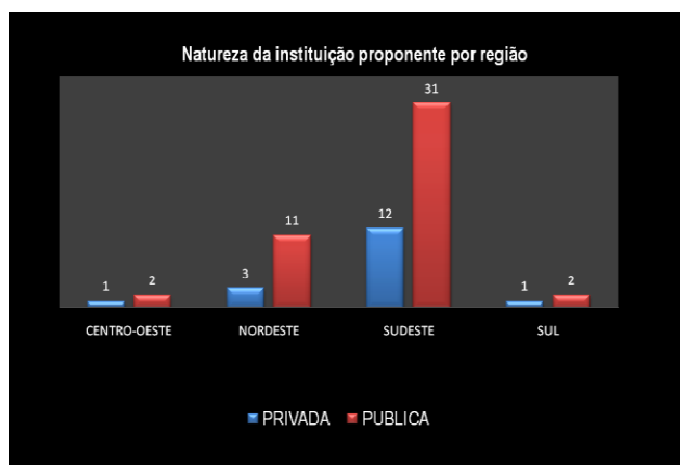
A perspectiva universalista do Programa explica, ainda, o incentivo à organização de comitês regionais e nacionais, que devem seguir as diretrizes emanadas do comitê internacional. Os cinco comitês regionais existentes reúnem 64 comitês nacionais assim distribuídos: África (8), Arábia Saudita (4), Ásia e Pacífico (12), Europa e América do Norte (24) e América Latina e Caribe (16).

Nos três anos de funcionamento efetivo do Comitê brasileiro, de 2007 a 2009, suas ações ficaram restritas ao lançamento de editais anuais visando à nomeação de acervos ao *Registro Nacional do Programa Memória do Mundo*, investimento que, além de dar cumprimento a uma de suas atribuições, dá visibilidade ao próprio Comitê. É importante mencionar que a atuação no Comitê é voluntária, não cabendo nenhuma remuneração aos participantes. Está em jogo, apenas, o capital social associado à participação em um fórum dessa natureza. Ainda que o Comitê seja subordinado ao Ministério da Cultura, vale registrar, também, que o apoio ministerial tem se limitado ao pagamento de passagens e diárias aos membros que, residindo fora do Rio de Janeiro, devem se deslocar para as reuniões plenárias que ocorrem na sede do Arquivo Nacional.

Nos três editais para candidaturas ao Registro Nacional, foram apresentadas 63 proposições: 17 em 2007, 27 em 2008 e 19 em 2009. Os editais previam a nomeação de, *no máximo*, dez candidaturas por ano e, efetivamente, trinta acervos foram registrados. A distribuição de candidaturas, por região do país, deixa clara a supremacia do Sudeste, a presença importante do Nordeste e a ausência da região Norte. Vale registrar que essa supremacia coincide, por um lado, com a concentração de instituições de guarda no Sudeste, bem como com a origem da maioria dos membros do Comitê, que funcionam como divulgadores do Programa e de suas ações:



A representação gráfica ajuda a visualizar, igualmente, a supremacia numérica das candidaturas encaminhadas por instituições públicas (46) em relação às encaminhadas por instituições privadas (17). Essa diferença pode ser explicada por vários fatores, que vão da tradição pública de custódia dos acervos arquivísticos à composição do Comitê (as seis instituições com assento são públicas, e os representantes dos segmentos de arquivos municipais, estaduais e militares também atuam na área pública). Vale lembrar que o Arquivo Nacional apresentou uma candidatura em cada edital e a Biblioteca Nacional, duas. Todas as cinco foram selecionadas para registro, o que, a despeito da riqueza dos acervos e da justeza da avaliação, sinaliza para o risco de “autoreferenciamento” na atuação do Comitê:



Essa reflexão nos leva a questionar o resultado efetivo do Registro no que diz respeito a dar maior visibilidade a acervos menos conhecidos que, possivelmente, estariam em situação mais vulnerável. O critério de “relevância para a história, a cultura e a sociedade brasileiras” - que, juntamente com a singularidade, a autenticidade, a organicidade/integridade e a acessibilidade dos acervos - balizam o julgamento do Comitê, pode funcionar como um instrumento de reiteração da monumentalidade de acervos depositados em instituições consagradas.¹⁶

¹⁶ Os acervos selecionados, em 2007, foram: Arquivo do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul- CLAMOR (PUC-SP), Arquivo Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), Arquivo Guimarães Rosa (IEB/USP), Arquivo Machado de Assis (ABL), Arquivo Oswaldo Cruz (Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ), Filme *Limite* (Cinemateca Brasileira), Fundo NOVACAP (Arquivo do Distrito Federal), Fundo Polícias Políticas no Estado do

Das 63 candidaturas apresentadas, 16 referem-se a arquivos pessoais, o que equivale a cerca de 25%. Se tomarmos o número de candidaturas selecionadas (30), porém, percebemos que o “grau de sucesso” dessas proposições é grande, pois 12 arquivos pessoais integram, hoje, o *Registro Nacional*, ou seja, 40% dos acervos selecionados são arquivos pessoais. Trata-se de uma proporção significativa, sobretudo, se compararmos o volume de arquivos institucionais, públicos e privados, com o volume de arquivos pessoais existentes no país. Sem dúvida, pesa na avaliação o critério da “singularidade”, que elimina acervos que, embora relevantes e autênticos, traduzam atividades rotineiras de uma instituição pública.

Gostaria de chamar atenção, de forma breve, para o fato de que, nesses fóruns, são atualizadas as representações tradicionais relativas aos arquivos pessoais: conjuntos documentais singulares, capazes de dar acesso à memória pessoal de personalidades cujas atuações e trajetórias se considera importante preservar e divulgar.

Não estamos afirmando, é bom deixar claro, que os documentos não contenham informações relevantes e “verdadeiras”, que não permitam aceder a dimensões do passado; nem estamos sugerindo que os arquivos pessoais não sejam, jamais, produto da ação de um titular desejoso de registrar a sua experiência ou de guardar as “provas” da sua atuação. Os arquivos pessoais *podem* conter documentos preciosos, e a recuperação do processo de construção desses artefatos *pode* constituir um caminho interessante de recuperação da subjetividade do titular, dos padrões de sua atuação pública e de seus projetos. O que estamos buscando discutir é a associação necessária entre arquivos pessoais e memória individual que, assumida de forma

Rio de Janeiro (Arquivo Público do Estado do RJ), Inconfidência em Minas (Arquivo Nacional), Atas do Senado da Câmara Municipal do RJ – *Dia do Fico* (Arquivo Geral da Cidade do RJ).

Em 2008: Arquivo Carlos Chagas (Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ), Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil (MAST), Arquivo da Força Expedicionária Brasileira – FEB (Arquivo Histórico do Exército), Arquivo Joaquim Nabuco (Fundação Joaquim Nabuco), Arquivo Oscar Niemeyer (Fundação Oscar Niemeyer), Arquivo do Tribunal da Relação do Estado do Brasil e da Bahia (Arquivo Histórico Municipal de Salvador), Carta Régia da Abertura dos Portos Brasileiros às Nações Amigas (Biblioteca Nacional), Conjunto Documental *Livros Foreiros* (Arquivo Municipal de Olinda), Fundo Serviço de Proteção ao Índio (Museu do Índio), Lei Áurea (Arquivo Nacional).

Em 2009: Acervo Documental da Guerra do Paraguai (Arquivo Histórico do Exército), Acervo Jesco Von Puttkamer, (Universidade Católica de Goiás), Imagens de Canudos (Museu da República), Atas da Câmara Municipal da Cidade de Salvador /1625-1763 (Arquivo Histórico Municipal de Salvador), Fundo Florestan Fernandes (Universidade Federal de São Carlos), Livros de Registro / Matrícula dos Imigrantes (Memorial do Imigrante do Estado de São Paulo), Manuscritos Musicais de Carlos Gomes (Biblioteca Nacional), Registro de Enterros de Escravos - *Livros do Bangüê* (Santa Casa de Misericórdia da Bahia), Missão de Pesquisas Folclóricas (Centro Cultural São Paulo/ Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo), Relações de Vapores. SPMAF / SP-Santos (Arquivo Nacional).

pouco crítica, pode induzir a equívocos e produzir leituras enviesadas, além de uma sobrevalorização desses arquivos, com efeitos tanto nas políticas institucionais de coleta de acervos como nos critérios de financiamentos voltados para a recuperação da “memória”.

Esse exercício preliminar não pretende levar a considerações conclusivas, mas sugerir caminhos analíticos que permitam dar visibilidade a algumas *representações* que informam o campo do “patrimônio” e a determinadas *práticas* que o conformam. Ao focar o lugar dos documentos e, mais especificamente, dos arquivos pessoais nos processos de construção de “legados” associados a trajetórias individuais, apontamos para pressupostos disciplinares que, no campo da Arquivologia e da História, estão na base das representações que dotam tais artefatos de “valor” histórico e cultural, tornando-os peças-chave de projetos institucionais que tomam tais trajetórias como objeto.

Ao traçarmos um quadro, ainda bastante parcial, da atuação do Comitê Nacional do Programa Memória do Mundo da UNESCO, buscamos sinalizar para um agente atuante no campo dos acervos documentais, chamando atenção para alguns pressupostos que orientam suas ações e para possíveis efeitos da operação de avaliação e seleção de acervos considerados como “patrimônio documental do Brasil”.

A recente valorização dos chamados patrimônios imateriais não produziu o obscurecimento dos acervos e monumentos tradicionalmente associados à categoria de patrimônio, ainda que tenha complexificado sua conceituação, enriquecido o espectro de agentes em cena e, possivelmente, acirrado a concorrência por visibilidade e recursos. Os acervos documentais sempre mereceram lugar de destaque nesse campo, na medida em que são vistos como suportes da memória e fontes para a história. As iniciativas recentes que visam a preservá-los e valorizá-los parecem indicar que, a despeito das novas tendências, os documentos continuarão a ocupar lugar de destaque no vasto espectro dos bens patrimonializáveis.

Referências bibliográficas

ANHEIM, Étienne; PONCET, Olivier. 2004. Fabrique des archives, fabrique de l'histoire, **Revue de Synthèse**, 5e. série, t. 125, p. 1-14.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. 2004. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 320 p.

BROTHMAN, Brien. 1991. Orders of value: probing the theoretical terms of Archival Practice. **Archivaria**, 32, Summer, p. 78-100.

BURTON, Antoinette (ed.). 2005. **Archive Stories: facts, fictions, and the writing of history**. Durham & London: Duke University Press.

COOK, Terry. 2001. Archival Science and Post-modernism: new formulations for old concepts, **Archival Science** v.1, n.1, p. 3-24.

_____; SCHWARTZ, Joan M. 2002. Archives, Records, and Power: the making of modern memory, **Archival Science**, v.2, n.1-2, p. 1-19.

DURANTI, Luciana. 1994. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Estudos Históricos**. CPDOC 20 anos. Rio de Janeiro, v.7, n.13, jan./jun, p.49-64.

HEYMANN, Luciana. 1997. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 19, p.41-66.

_____. 2009. *De arquivo pessoal a patrimônio nacional: reflexões sobre a construção social do "legado" de Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro, [s.n.]. 247 p. Tese (doutorado). IUPERJ.

JENKINSON, Hilary. 1922. **A Manual of Archive Administration**, 2ª ed. Oxford: The Clarendon Press.

KAPLAN, Elisabeth. 2002. Many Paths to Partial Truth: archives, anthropology and the power of representation, **Archival Science**, n. 2, p. 209-220.

LE GOFF, Jacques. 2003 [1979]. **História e Memória**. 5ª ed. Campinas, Editora da UNICAMP. 541p.

PROCHASSON, Christophe. 1998. Atenção: verdade! Arquivos privados e a renovação das práticas historiográficas, **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 105-119.

STEEDMAN, Carolyn. 2002. **Dust: The Archive and Cultural History**. New Brunswick: Rutgers University Press. 195p.

STOLER, Ann Laura. 2002. Colonial Archives and the Arts of Governance, **Archival Science**, 2, p.87-109.